|  |
| --- |
| PROTRATAR CEIVAP VII – CHECKLIST de documentos para HABILITAÇÃO |
| Item | Documento | Observação  |
| 12.1 | Ofício do município com solicitação de inscrição do projeto do sistema de esgotamento sanitário. | Modelo do ofício no ANEXO I |
| 12.2 | Cópia do RG e CPF do chefe do Poder Executivo;  |   |
| 12.3 | Declaração de pleno exercício do cargo do Prefeito Municipal, fornecido pelo legislativo municipal, com validade máxima de 12 meses; |   |
| 12.4 | Formulário de inscrição devidamente preenchido | Modelo no ANEXO II |
| 12.5 | Ficha de dados básicos do município devidamente preenchida | Modelo no ANEXO III |
| 12.6 | Declaração do Prefeito Municipal com indicação do(s) órgão(s) responsável(is) pela prestação do serviço público de esgotamento sanitário na área onde será implantada a obra; | Modelo no ANEXO XVIII  |
| 12.7 | No caso em que o prestador de serviços de saneamento não for o município, sendo, por exemplo, autarquias ou empresas públicas municipais, apresentar ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, ou ato legal equivalente de criação do Prestador de Serviços devidamente registrado; |   |
| 12.8 | Comprovante de Inscrição do CNPJ da Prefeitura Municipal e, quando couber, do Prestador de serviços; |   |
| 12.9 | Certidão Negativa de Débitos (ou Positiva com Efeito de Negativa) relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União da Prefeitura Municipal **e do Prestador de Serviço de Esgotamento** (se o município não for o responsável pelo serviço de esgotamento); |   |
| 12.10 | Certificado de Regularidade do FGTS da Prefeitura Municipal **e do Prestador de Serviço de Esgotamento** (se o município não for o responsável pelo serviço de esgotamento); |   |
| 12.11 | Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos trabalhistas da Prefeitura Municipal **e do Prestador de Serviço de Esgotamento** (se o município não for o responsável pelo serviço de esgotamento); |   |
| 12.12 | Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público **Federal** (CADIN) regular da Prefeitura Municipal **e do Prestador de Serviço de Esgotamento** (se o município não for o responsável pelo serviço de esgotamento); ou declaração de ciência assinada pelo chefe do executivo do proponente | Modelo da declaração no ANEXO VII |
| 12.13 | Certidão de Regularidade de Débitos Tributários com a Fazenda Estadual (CDT) da Prefeitura Municipal **e do Prestador de Serviço de Esgotamento** (se o município não for o responsável pelo serviço de esgotamento); | SP - Emitir por meio do endereço: |
| <https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/certidoes/Paginas/PaginaGuiaDoUsuario.aspx> |
| MG - Emitir por meio do endereço: |
| <http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/certidao_debitos/> |
| RJ: Atentar ao fato de serem **DUAS certidões**, obtidas, cada uma, nos seguintes endereços: |
| Dívida ativa:https://www.pge.rj.gov.br/divida-ativa/certidao-de-regularidade-fiscal ICMS:http://www4.fazenda.rj.gov.br/certidao-fiscal-web/emitirCertidao.jsf |
| 12.14 | Comprovação de previsão orçamentária de contrapartida | Serão aceitos Plano Plurianual (PPA); Lei orçamentária anual (LOA) com anexo o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD); Lei de Autorização de Crédito Especial ou Suplementar; Decreto de Abertura de Crédito Suplementar (quando constar autorização prévia na LOA); Orçamento aprovado para o exercício seguinte; Orçamento de órgão da Administração Indireta, caso exista interveniente executor. |
| 12.15 | Documento que comprove a adimplência da Prefeitura Municipal **e/ou do Prestador de Serviço de Esgotamento**, quando couber, com relação à cobrança pelo uso de recursos hídricos relativa às outorgas que eventualmente possua, sejam elas estaduais ou federais; | Para obtenção da certidão junto à ANA: http://www.snirh.gov.br/cnarh/index.jsf ou pelo e- mail: luiz.souza@ana.gov.br Para o Estado de SP, a adimplência deverá ser solicitada ao DAEE (regional de Taubaté)Para o Estado do RJ, a adimplência deverá ser solicitada ao INEA, pelo e-mail: cadastro.cnarhrj@gmail.com Para o Estado de MG, a adimplência deverá ser solicitada ao IGAM, pelo e-mail: gabinete.igam@meioambiente.mg.gov.br |
|
| 12.16 | Declaração de anuência do Prefeito quanto aos custos operacionais, contendo estimativa de custos de materiais e pessoal para operação do sistema.  | A declaração (ANEXO XIV) deverá ser acompanhada de uma estimativa dos custos operacionais, contendo os cálculos para obtenção do custo. Caso o município deseje, poderá ser utilizado o ANEXO XV como modelo.  |
| 12.17 | Documentação de nomeação oficial do gestor do projeto e seu substituto, podendo ser ofício ou portaria | Modelo no ANEXO VIII |
| Para municípios nos quais a prestação dos serviços públicos de esgotamento sanitário é realizada por concessionária estadual ou privada ou através de outro instrumento jurídico, além dos documentos supracitados, este deverá apresentar também, obrigatoriamente:  |
| 12.19 | Cópia do contrato de concessão dos serviços públicos de esgotamento sanitário vigente |   |
| Declaração do prefeito municipal informando que o distrito urbano onde será realizado o empreendimento está fora da área de concessão |   |
| Declaração da agência reguladora ou do órgão que fiscaliza o contrato informando que o distrito urbano onde será realizado o empreendimento está fora da área de concessão, com validade máxima de 12 meses |   |
| No caso de projetos de rede coletora, nos quais uma estação de tratamento de esgotos da concessionária receberá o efluente, deverá ser enviada declaração da concessionária afirmando estar ciente do projeto, e que a ETE tem capacidade para recebimento e adequado tratamento do efluente a ser recebido após conclusão e início da operação do projeto. | Modelo no ANEXO IV |
| Para projetos de Consórcios, deverão ser apresentados: |
| 12.21 | Ofício do consórcio com solicitação de inscrição do projeto do sistema de esgotamento sanitário | Modelo no ANEXO I |
| RG e CPF do Prefeito Municipal que exerce a representação legal do consórcio; |   |
| Declaração de pleno exercício do cargo do Prefeito Municipal que exerce a representação legal do consórcio, fornecido pelo legislativo municipal, com validade máxima de 12 meses; |   |
| Formulário de inscrição devidamente preenchido; | Modelo no ANEXO II |
| Ficha de dados básicos do projeto devidamente preenchida; | Modelo no ANEXO III |
| Declaração do Prefeito Municipal que exerce a representação legal do consórcio com indicação do(s) órgão(s) responsável(is) pela prestação do serviço público de esgotamento sanitário na área onde será implantada a obra; |   |
| No caso em que o prestador de serviços de saneamento não for o município, sendo, por exemplo, autarquias ou empresas públicas municipais, apresentar ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, ou ato legal equivalente de criação do Prestador de Serviços devidamente registrado; |   |
| Protocolo de intenções subscrito pelos municípios integrantes; |   |
| Publicação do protocolo de intenções na imprensa oficial; |   |
| Leis municipais de cada município que ratificou o protocolo de intenção; |   |
| Estatuto do consórcio público; |   |
| Publicação do estatuto do consórcio público; |   |
| Contrato de rateio, se houver contrapartida financeira a ser realizada pelo beneficiário do edital; |   |
| Prova de inscrição do consórcio no cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) atualizado ou revalidado e do Prestador de Serviço de Esgotamento do município beneficiado (se o município não for o responsável pelo serviço de esgotamento); |   |
| Certidão Negativa de Débitos (ou Positiva com Efeito de Negativa) relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União do consórcio e do Prestador de Serviço de Esgotamento (se o município não for o responsável pelo serviço de esgotamento); |   |
| Certificado de Regularidade do FGTS do consórcio e do Prestador de Serviço de Esgotamento (se o consórcio não for o responsável pelo serviço de esgotamento); |   |
| Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos trabalhistas do consórcio e do Prestador de Serviço de Esgotamento (se o município não for o responsável pelo serviço de esgotamento); |   |
| Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) regular do consórcio e do Prestador de Serviço de Esgotamento (se o município não for o responsável pelo serviço de esgotamento); ou declaração de ciência assinada pelo Prefeito Municipal que exerce a representação legal do consórcio; | Modelo da declaração no ANEXO VII |
| Certidão de Regularidade de Débitos Tributários com a Fazenda Estadual (CDT) do consórcio e do Prestador de Serviço de Esgotamento (se o município não for o responsável pelo serviço de esgotamento); | Ver item 12.13 do checklist |
| Documento que comprove que adimplência do município líder do consórcio, do(s) município(s) beneficiado(s) e do prestador de serviço (quando couber) com relação à cobrança pelo uso de recursos hídricos relativa às outorgas que eventualmente possuam, sejam elas estaduais ou federais; | Ver item 12.15 do checklist |
| Comprovação de previsão orçamentária de contrapartida, nos termos do item 12.14 do edital.  | Serão aceitos Plano Plurianual (PPA); Lei orçamentária anual (LOA) com anexo o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD); Lei de Autorização de Crédito Especial ou Suplementar; Decreto de Abertura de Crédito Suplementar (quando constar autorização prévia na LOA); Orçamento aprovado para o exercício seguinte; Orçamento de órgão da Administração Indireta, caso exista interveniente executor. |
| Declaração de anuência do Prefeito Municipal que exerce a representação legal do consórcio quanto aos custos operacionais, contendo estimativa de custos de materiais e pessoal para operação do sistema.  | A declaração (ANEXO XIV) deverá ser acompanhada de uma estimativa dos custos operacionais, contendo os cálculos para obtenção do custo. Caso o município deseje, poderá ser utilizado o ANEXO XV como modelo. |
| Documentação de nomeação oficial do gestor do projeto e seu substituto, podendo ser ofício ou portaria, assinado pelo Prefeito Municipal que exerce a representação legal do consórcio |  Modelo no ANEXO VIII |